

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.003 - SP (2019/0157403-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : J M D DA S
ADVOGADO : AYRTON ÁLVARO DOS SANTOS - SP032304B
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por J M D DA S contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA, assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL Embriaguez ao volante. Violação da suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor Condenação Recurso defensivo Pretendida absolvição. Impossibilidade. Materialidade e autoria comprovadas. Confissão do acusado corroborada pelo depoimento do policial militar. Apelante visivelmente embriagado. Recusa do apelante em realizar teste do etilômetro e exame de sangue. Capacidade psicomotora alterada pela ingestão de bebida alcoólica. Auto de constatação de influência de álcool ou substância entorpecente e testemunho do policial apto a comprovar a embriaguez. Inteligência do artigo 306, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro. Condenação de rigor - Suspensão do direito de dirigir e pena pecuniária mantidas. Proporcionais às penas privativas de liberdade. Inteligência dos art. 293 do CTB e art. 49 do CP. Penas corpóreas estabelecidas nos respectivos mínimos legais, assim como as demais penas. Compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão mantida por ausência de recurso ministerial. Primazia do princípio do 'non reformatio in pejus' Regime semiaberto adequado. Reincidência. Impossibilidade de fixação de regime mais brando e de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos Recurso improvido.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea c do permissivo constitucional e ter havido transcrição de ementa(s), a parte recorrente não indicou expressamente qual o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

